

SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

Estudo Técnico Preliminar 14/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08385.003418/2025-70

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo a aquisição de **gêneros alimentícios (café torrado e moído, açúcar orgânico, chá e adoçante)**, por meio da modalidade PREGÃO, para a reposição do almoxarifado da Superintendência de Polícia Federal no Paraná (SR/PF/PR; UASG 200364).

2.2. Conforme demonstrado nos Relatórios de Consumo de 2023 a 2025 (40801296, 40801301 e 40837395), verifica-se a necessidade de recomposição dos estoques do almoxarifado virtual da SR/PF/PR, que atende à Superintendência e às descentralizadas, a fim de evitar a indisponibilidade dos produtos mencionados e garantir a continuidade do atendimento às rotinas administrativas e operacionais.

2.3. A disponibilização desses gêneros alimentícios contribui diretamente para o bem-estar dos servidores, colaboradores e visitantes da Superintendência. Ao oferecer itens básicos como café, chá, açúcar e adoçante, cria-se um ambiente de trabalho mais acolhedor e humanizado, o que pode influenciar positivamente na satisfação e no desempenho dos profissionais.

2.4. O café, especificamente, é uma bebida reconhecida por suas propriedades estimulantes, que auxiliam na concentração, no estado de alerta e na disposição dos indivíduos durante a jornada de trabalho. Dessa forma, seu consumo moderado contribui para a produtividade, especialmente em atividades que demandam atenção constante, como as desempenhadas pela Polícia Federal.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/PR	MOZART PERSON FUCHS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. É dever da contratada assumir, por sua exclusiva conta, todos os custos e encargos resultantes da entrega desta aquisição na Superintendência de Polícia Federal no Paraná (Rua Professora Sandália Monzon, 210 - Santa Cândida, Curitiba - PR, CEP 82640-040), inclusive impostos, taxas, contribuições, emolumentos e suas majorações, incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto.

4.1.1. A entrega dos produtos deverá ocorrer **no prazo máximo de 20 (vinte) dias**, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em remessa única. A entrega deverá ser realizada no endereço supracitado, durante o horário de expediente, das 9h às 17h, exceto finais de semana e feriados.

4.1.2. Fica estipulado que não se estabelece, por força desta aquisição, qualquer relação de emprego entre a União e os funcionários que a Contratada utilizar para a execução da entrega.

4.2. Os materiais a serem contratados são considerados comuns. As características deles são usuais de mercado, não exigindo garantia técnica além daquela usual.

4.3. Havendo qualquer divergência entre as descrições contidas no CATMAT e no Termo de Referência, prevalecem as especificações do Termo de Referência.

4.4. É vedada à contratada a subcontratação ou a cessão, total ou parcial, das obrigações decorrentes do contrato ou da execução do objeto, salvo mediante autorização expressa e formal da Administração Contratante.

- 4.5. Todos os produtos, por se tratar de itens alimentícios, devem atender às regulamentações e normas estabelecidas pelos órgãos competentes, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e/ou o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), garantindo sua conformidade com a legislação vigente relacionada à segurança alimentar e qualidade.
- 4.6. Para todos os produtos, a rotulagem deverá ser apresentada em língua portuguesa e conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: nome do produto, marca, lista de ingredientes, composição nutricional, data de fabricação, prazo de validade, número do lote, dados completos do fabricante (incluindo CNPJ e endereço), e demais dados exigidos pelos regulamentos aplicáveis.
- 4.7. Ressalte-se que os produtos deverão ter, **no momento da entrega à Polícia Federal, prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses**. Tal exigência se justifica pelo fato de que os itens serão adquiridos para atender ao consumo estimado de um ano. Dessa forma, não serão aceitos produtos com validade inferior a esse período, a fim de evitar o risco de vencimento durante o uso regular, o que comprometeria a qualidade e a segurança no consumo.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. Os gêneros alimentícios a serem adquiridos neste processo — café, açúcar, chá e adoçante — são considerados bens comuns, largamente utilizados em repartições públicas e ambientes corporativos, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente.
- 5.2. Por se tratar de produtos padronizados, amplamente disponíveis no mercado e com especificações técnicas simples, sua aquisição pode ser realizada por meio de fornecedores diversos, em processo amplo, sem a necessidade de soluções customizadas ou contratação especializada.
- 5.3. Nesse sentido, será adotada a modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, por ser a forma mais adequada para a contratação de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XXVII, da Lei nº 14.133/2021, promovendo maior celeridade, transparência e vantajosidade à administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Conforme Despacho 40868371 NUMAT/SELOG/SR/PF/PR, baseando-se no histórico de consumo, os itens e quantidades a serem adquiridas são:

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO		QUANTIDADE
				EMBALAGEM	UNIDADE MEDIDA	
1	1	606523	Café	Caixa ou pacote	500g	2.250 (dois mil, duzentos e cinquenta)
	2	463990	Açúcar Cristal Orgânico	Pacote	Kg	620 (seiscentos e vinte)
	3	353665	Chá de Camomila.	Caixa com 10 sachês	Unidade	650 (seiscentos e cinquenta)
	4	353666	Chá de Erva Cidreira.	Caixa com 10 sachês	Unidade	650 (seiscentos e cinquenta)

5	407523	Adoçante 100 ml	Frasco 100 ml	Unidade	120 (cento e vinte)
6	606523	Café (Cota reservada ME e EPP)	Caixa ou pacote	500g	750 (setecentos e cinquenta)

Descrição pormenorizada dos itens (observância obrigatória)

6.2. ITEM 1 e ITEM 6 (CAFÉ): Café em pó homogêneo, grupo torrado e moído, classificação da torra: média, moagem fina ou média para uso em coador. Composição 100% arábica ou blend de predominância arábica. Qualidade Global igual ou superior a 6,0 (seis), formado por grãos de café tipo 6 COB ou melhores, com no máximo de 10% (dez por cento) de grãos com defeitos (pretos, verdes e ou ardidos) e ausente de grãos fermentados, isento de gosto Rio e Rio Zona. Umidade e voláteis: máximo 5,0%; resíduo mineral fixo: máximo 5,0%; resíduo mineral fixo, insolúvel em ácido clorídrico a 10% v/v: máximo 1,0%; cafeína: mínimo 0,7%; extrato aquoso: mínimo 25,0%; extrato etéreo: mínimo 8,0%. Embalado individualmente em pacote ou caixa à vácuo com 500g. Validade impressa no rótulo de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de entrega. Deverá constar no rótulo a espécie do café: “100% (nome da espécie)” ou “predominantemente (nome da espécie). Marcas referenciais: Melitta Especial, Santa Clara Premium, 3 Corações Estrada Real, Pilão Cafeteria Coado ou similares que atendam às especificações técnicas exigidas.

6.2.1. **Certificações e laudos técnicos exigidos** (para comprovação da Qualidade Global exigida, superior a 6,0): certificado de pureza da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) ou; por meio de laudo emitido por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (REBLAS/ANVISA) ou; por meio de laboratório credenciado pelo INMETRO ou; por um laboratório especializado credenciado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) de acordo com a legislação vigente (PORTARIA SDA Nº 570, DE 9 DE MAIO DE 2022, Lei 9972 de 2000 e Decreto nº 6268 de 2007).

6.2.2. **Rotulagem:** O rótulo do produto deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: o grupo do produto, identificado como "torrado e moído"; a espécie do café, informada com a expressão "100% (nome da espécie)" ou "predominantemente (nome da espécie)", conforme o caso, sendo permitida, adicionalmente, a indicação da variedade do café; a denominação de venda do produto, composta pela palavra "café" acompanhada da marca comercial, se houver; a identificação do lote; o nome empresarial, número do CNPJ ou CPF do responsável; o ponto de torra ou a classificação da torra; o prazo de validade; instruções de conservação, preparo e uso, quando necessárias; e o peso líquido. As características de torrefação correspondem ao ponto de torra e à classificação da torra, conforme estabelecido no Anexo IV da Portaria SDA /MAPA nº 570, de 2022.

6.2.3. Além de atender à legislação específica sobre rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes relativas aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras exigências estabelecidas pelos órgãos competentes.

6.3. ITEM 2 (AÇÚCAR CRISTAL ORGÂNICO): Açúcar obtido da sacarose de cana-de-açúcar, do tipo cristal, certificação de produto orgânico (selo afixado ou impresso no rótulo ou na embalagem), com granulação uniforme, cor branca ou levemente amarelada, isento de impurezas, umidade excessiva, odores estranhos, sujidades ou qualquer sinal de deterioração. Como mera referência, citam-se as marcas: União, Caravelas, Native ou similares. O produto deverá ser acondicionado em embalagem primária (contato direto com o alimento), resistente e lacrada, com capacidade de 1 (um) kg cada. Validade de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de entrega.

6.3.1. Rotulagem: O rótulo do produto deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: o selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; a classificação do produto, com a palavra "Classe" seguida da denominação da classe correspondente e do tipo correspondente; a palavra "açúcar" acompanhada da marca comercial, se houver; a identificação do lote; o peso líquido; o nome empresarial, o número do CNPJ ou CPF e o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto. Deverá constar também a tabela de informação nutricional, salvo nos casos de exceção previstos no Anexo I da Instrução Normativa nº 75, de 2020, da ANVISA, como, por exemplo, açúcares acondicionados em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm² (ex: sachês). Além disso, o prazo de validade deverá estar claramente indicado.

6.3.2. O produto, além de atender à legislação específica sobre rotulagem, deverá seguir as normas vigentes relativas aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários e limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras exigências estabelecidas pelos órgãos competente.

6.4. GRUPO 1, ITEM 3 (CHÁ DE CAMOMILA): elaborado com flores desidratadas de Matricaria recutita L. (camomila), apresentado em caixa comercial lacrada e inviolada, contendo internamente 10 (dez) sachês individuais (com grânulos de chá). Cada sachê deve conter entre 1g e 2g de produto seco, livre de impurezas, fragmentos estranhos ou sinais de umidade. Marcas meramente referenciais: Leão, Dr. Oetker, Twinings ou similares que atendam às especificações técnicas exigidas. A validade mínima exigida é de 12 (doze) meses a contar da data da entrega.

6.5. GRUPO 1, ITEM 4 (CHÁ DE ERVA CIDREIRA): elaborado com folhas desidratadas de Melissa officinalis ou Cymbopogon citratus (erva-cidreira), acondicionado em embalagem comercial lacrada e inviolada, contendo 10 (dez) sachês individuais (com grânulos de chá). Cada sachê deve

conter entre 1g e 2g de produto seco, livre de impurezas, fragmentos estranhos ou sinais de umidade. Marcas referenciais: Leão, Dr. Oetker, Twinings ou similares que atendam às especificações técnicas exigidas. A validade mínima exigida é de 12 (doze) meses a contar da data da entrega.

6.6. ITEM 5 (ADOÇANTE): adoçante dietético líquido, transparente, destinado ao uso em bebidas quentes ou frias, em frascos plásticos de 100 ml devidamente lacrados e com sistema de dosagem controlada (bico dosador). O produto deverá ser formulado com edulcorantes permitidos e autorizados pela Anvisa, como sucralose, ciclamato, sacarina, acessulfame-K, estévia ou combinações desses, conforme especificado no rótulo. O adoçante deverá possuir sabor doce agradável, sem resíduos ou sabores amargos indesejáveis, e estar isento de impurezas ou sinais de deterioração. Como mera referência, citam-se as marcas: Zero-Cal, Linea, Finn ou similares que atendam integralmente às especificações exigidas. A validade mínima exigida é de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.

6.7. A eventual indicação de marcas neste instrumento tem por única finalidade a melhor compreensão, por parte dos licitantes, das especificações do objeto pretendido, nos termos do art. 41, § 1º, inciso I, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, não representando restrição à participação de produtos equivalentes que atendam integralmente às exigências deste instrumento e do edital.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidade de cada produto a ser adquirido consta na tabela exibida em 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO deste Estudo Preliminar.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 133.417,40

8.1. A pesquisa de preços foi realizada com base na Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME de 5 de Agosto de 2021, onde se lê:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso; [...]

Pesquisa de preço do item 1 e item 6 (Café)

8.2 Para o item 1 e 6 (café), a pesquisa de preços foi realizada com base no inciso III do Art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME, que permite a utilização de dados de pesquisa publicada em “*sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo*”. Essa abordagem foi adotada devido ao aumento expressivo no preço do café nos últimos meses, o que tornou os dados provenientes dos incisos I e II (sistemas oficiais de governo e contratações similares anteriores) desatualizados e não representativos da realidade atual do mercado.

8.3 De acordo com dados obtidos no site oficial da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), o preço médio do café torrado e moído no varejo passou de R\$32,90/kg em março de 2024 para R\$ 64,80/kg em março de 2025, representando um aumento relevante de aproximadamente **96,9%** (noventa e seis por cento) no período de um ano.

8.4. Diante dessa elevação acentuada, optou-se por descartar como parâmetro as compras anteriores e concentrar a pesquisa exclusivamente nos preços praticados no mercado atual. Foram selecionadas, portanto, 04 (quatro) marcas de referência e consultados 11 (onze) fornecedores distintos, para compor a média de preços.

Dos demais itens (Item 2 a 5)

8.5. Para os demais itens listados (item 2 a 5, açúcar orgânico, chá de camomila, chá de erva-cidreira e adoçante) a pesquisa de preços foi realizada com base no inciso II do art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME, utilizando como referência contratações similares feitas pela Administração Pública, registradas no sistema COMPRAS.GOV.

8.6. O valor total resultante para o contrato é de **Valor (R\$): R\$133.417,40** (cento e trinta e três mil e quatrocentos e dezessete reais e quarenta centavos).

8.7. O detalhamento da pesquisa de preços consta no Mapa Comparativo de Preços e Nota Técnica – 142052193.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Conforme legislação vigente, as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. Exceto quanto ao item 1, **todos os demais itens são de participação exclusiva de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte**, nos termos do inciso I do Art. 48 da LC n. 123/2006.

9.3. Em atendimento ao disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e considerando que o objeto é de natureza divisível, **fica estabelecida a reserva de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total do item referente ao fornecimento de café (Item 6) para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte**, medida esta que visa assegurar tratamento diferenciado e favorecido a tais empresas, em conformidade com a legislação aplicável.

9.4. O item 3 e 4 (chás) foram unidos em um mesmo grupo (grupo 1) pois, do contrário, teríamos dois itens com valor excessivamente diminuto, com o mesmo tipo de produto, o que poderia, em tese, frustrar o processo licitatório.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas e/ou independentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. De modo a indicar o alinhamento da demanda com o instrumento de planejamento do órgão, informa-se que a demanda se encontra devidamente incluída no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações 2025, conforme documento acostado a estes autos eletrônicos – Documento de Formalização da Demanda 174/2023 (SEI 32473890).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A disponibilização de gêneros alimentícios como café, açúcar, chá e adoçante contribui significativamente para a valorização e satisfação dos servidores, promovendo um ambiente de trabalho mais acolhedor e motivador. A teoria motivacional nas organizações aponta que fatores ambientais, quando atendem às expectativas dos colaboradores, influenciam diretamente na elevação da satisfação e, consequentemente, da produtividade no desempenho das funções.

12.2. A oferta desses itens também demonstra sensibilidade da Administração às necessidades e preferências individuais dos servidores, considerando aspectos como restrições alimentares e hábitos de consumo. Isso reforça práticas de inclusão e respeito à diversidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento no ambiente institucional e contribuindo para o bem-estar coletivo.

12.3. Por fim, além do público interno, a presença desses gêneros alimentícios nas unidades administrativas permite um atendimento mais cortês e profissional ao público externo, especialmente em reuniões, visitas e eventos institucionais. Esse cuidado com a hospitalidade reforça uma imagem institucional positiva, baseada no acolhimento e no respeito.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a execução do contrato, não há necessidade de nenhuma providência adicional.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Embora em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU não se localizaram requisitos objetivos ambientais e sociais referentes ao objeto, a empresa deve atender os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Justificativa da viabilidade:

15.1.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – Secretaria de Gestão do MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

15.1.2. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

15.1.3. Assim, **declaramos a viabilidade da contratação** e recomendamos a aquisição proposta.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAQUEL LAUTERT

Integrante Administrativo Titular



Assinou eletronicamente em 05/09/2025 às 13:36:18.

DIEGO SANT ANA DA SILVA

Integrante Administrativo Substituto



Assinou eletronicamente em 05/09/2025 às 12:36:18.

MATEUS COSTA PINHEIRO DE ARAUJO

Integrante Técnico Titular



Assinou eletronicamente em 05/09/2025 às 15:21:04.